

REQUERIMENTO **(dep. Filipe Pereira)**

Requeiro realização de audiência pública com autoridades vinculadas aos setores de telefonia móvel e cartão de crédito para explicarem o excesso de reclamações junto aos órgãos públicos de proteção do consumidor.

Senhor presidente

Requeiro nos termos regimentais a realização de audiência pública no âmbito deste Colegiado com as seguintes autoridades:

- Representante do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça;
- Representante da 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (Consumidor e Ordem Econômica);
- Representantes de todas as operadoras de telefonia móvel em operação no Brasil (OI, Tim, Claro e Vivo) e;
- Representante da Associação Brasileira das Empresas de Cartão de Crédito e Serviços (ABECS).

Justificativa

Ao longo dos últimos anos, o Estado brasileiro tem trabalhado no sentido de proteger seus cidadãos como consumidores. Além da implementação de legislação e de seu aperfeiçoamento, vários órgãos foram criados para controlar/fiscalizar setores considerados importantes para a economia.

Em termos de legislação, destaque deve ser dado à lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor). Desde a década de 1990, a sociedade brasileira dispõe de diploma legal moderno que pode e deve ser utilizado contra abusos promovidos por fornecedores em relações de consumo. A partir do CDC, inúmeras outras leis foram

implementadas, criando arcabouço jurídico protetor do consumidor que, na relação de consumo, sempre figura como hipossuficiente.

Em termos de fiscalização e controle, não só esta Casa Legislativa, mas também órgãos em outros Poderes também asseguram (ou deveriam assegurar) a fiel aplicação da lei. Infelizmente, essa proteção não está ocorrendo de maneira apropriada.

De acordo com veículos de comunicação, os setores de telefonia móvel e cartão de crédito continuam a figurar no topo da lista dos setores que recebem maior quantidade de reclamações. É recorrente problemas com contas e procedimentos para encerramento de contratos.

Diante dessa situação, venho por meio deste solicitar a realização de audiência pública destinada a apurar o motivo da grave situação em que se encontram os setores de telefonia fixa e cartão de crédito. Para tanto, solicito o convite para representantes de órgãos estatais, bem como dos setores em questão.

Sala de comissões, de março de 2009.

Deputado Filipe Pereira
(PSC/RJ)